

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.003/2026 PROMOVIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO – RJ

Processo Administrativo nº 38.466/2025

SIBELLY TRANSPORTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 40.217.234/0001-00, com sede no Rio de Janeiro para citações, intimações, notificações e correspondências na Rua Conde de Agrolongo, 145, Penha, Rio de Janeiro/RJ – CEP 21020190, neste ato representada por sua sócia **SIMONE KATO DOS SANTOS**, inscrita no CPF nº 068.758.557-04, vem, respeitosamente, com fundamento na Lei 14.133/2021, interpor a presente

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL PE 90.003/2026,

em face das disposições contidas no instrumento convocatório do certame e seus respectivos anexos, **pelos fatos e fundamentos que passa a expor:**

Foi publicado o Edital de Licitação nº 90.003/2026, cujo objeto é o Registro de Preços para a prestação de serviço de transporte de passageiros (pacientes e acompanhantes).

Ocorre que, em análise detida ao Edital e seus anexos, verificou-se a existência de cláusulas que violam frontalmente os princípios da competitividade, razoabilidade e do planejamento, conforme restará demonstrado.

I – DO CABIMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

A presente impugnação é tempestiva e cabível, preenchendo todos os requisitos legais e formais para sua admissibilidade.

O fundamento jurídico para o exercício do direito de encontra-se junto ao Art. 164 da Lei nº 14.133/2021, que faculta a qualquer pessoa a impugnação de edital de licitação por irregularidade, devendo o protocolo ocorrer até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Considerando que a sessão pública está designada para o dia **05/02/2026**, a presente peça protocolada nesta data revela-se plenamente tempestiva, devendo ser recebida e seu mérito apreciado por esta Administração.

II – DA OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DA FROTA E MOTORISTAS ANTES DA HOMOLOGAÇÃO

O Termo de Referência estabelece, nos itens 3.21 e 4.1 a 4.5, a obrigatoriedade de que a licitante classificada apresente, em apenas 07 dias após a sessão e antes da homologação, a comprovação de propriedade de toda a frota (CRLV em nome da empresa), certificados de cronotacógrafo, apólices de seguro vigentes e até logins de rastreamento.



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



SECRETARIA DE
SAÚDE

3.20. A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso a CONTRATANTE ao sistema de rastreamento 24h/dia.

3.21. Os veículos deverão estar registrados, junto ao DETRAN/RJ, em nome da empresa CONTRATADA, a licitante classificada terá um prazo de até 07 (sete) dias, após a finalização da sessão pública do pregão e antes da Homologação do Certame, para apresentar à Secretaria Municipal de Saúde, as cópias dos documentos indicados.

4. DOS VEÍCULOS

4.1. Comprovação de disponibilidade da totalidade dos veículos do efetivo solicitado, por cópia do CRLV (Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo), em nome da empresa licitante;

4.2. Certificado do Cronotacógrafo emitido pelo INMETRO, de todos os veículos do efetivo solicitado, na forma do art. 105 do C.T.B. (Lei 9.503/97 e Resolução CONATRAN 92 de 1999);

4.3. Cópia(s) da(s) Apólice(s) de Seguro(s) Obrigatório de Danos Pessoais, contra terceiros, passageiros ou não; de pelo menos R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e seguro de acidente pessoal de passageiros de pelo menos 30.000,00 (trinta mil UFIR) com Apólices em vigência.

4.4. Login e senha dos rastreadores dos veículos, para acompanhamento em tempo real por parte da Secretaria Municipal de Saúde.

4.5. A licitante classificada terá um prazo de até 07 (sete) dias após a finalização da sessão pública do pregão e antes da Homologação do Certame, para apresentar à Secretaria Municipal de Saúde, as

7



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



SECRETARIA DE
SAÚDE

cópias dos documentos indicados nos itens 4.1, 4.2, 4.3 e 4.4, sob pena de desclassificação pelo não cumprimento do prazo.

Ocorre que o presente certame adota o Sistema de Registro de Preços (SRP). No SRP, a ata de registro de preços não obriga a Administração à contratação, tratando-se de mera expectativa de direito.

Exigir que a licitante já possua toda a frota registrada em seu nome (e com ano de fabricação 2023), bem como seguros e rastreadores ativos antes mesmo da homologação e da assinatura da Ata, configura restrição severa e injustificada à competitividade.

Tal exigência obriga o particular a realizar investimentos vultosos e mobilizar ativos sem qualquer garantia de demanda, o que afronta o Princípio da Economicidade e da Razoabilidade.

O Tribunal de Contas da União, junto à **SÚMULA TCU 272**, é taxativo ao vedar a exigência de custos desnecessários antes da celebração do contrato, *in verbis*:

ENUNCIADO SÚMULA TCU 272: No edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica **para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato.**

As exigências devem ser, portanto, revistas pela administração a fim de adequar as condições do certame aos princípios basilares da Administração Pública.

III – DA RESTRIÇÃO POR EXIGÊNCIA DE ANO DE FABRICAÇÃO (2023)

A exigência de veículos com ano de fabricação 2023 para os itens principais do certame é desarrazoada, carece de fundamentação técnica consistente e apresenta contradição interna com outros itens da mesma frota que admitem veículos com mais de uma década de uso.

A Administração tenta justificar a imposição de veículos com apenas 03 anos de uso (ano 2023) sob o argumento de que o alto fluxo de quilometragem e a necessidade de segurança seriam incompatíveis com frotas mais antigas.

Todavia, tal tese é fulminada por uma contradição lógica insuperável no próprio Termo de Referência: **enquanto a municipalidade afirma que a segurança exige veículos quase novos (2023) para o Lote 1, admite expressamente, nos itens 4.6.1.2 e 4.6.2.1, a utilização de veículos com ano de fabricação 2013.** Não há lastro racional que sustente que um veículo com 13 anos de uso seja apto a transportar passageiros com segurança, enquanto um veículo de 2020 ou 2021 (com apenas 5 ou 6 anos) seria tecnicamente inadequado.

4.6. Tipos de Veículos e Características Mínimas:

4.6.1. PARA ATENDER A CENTRAL DE REGULAÇÃO (TFD):

4.6.1.1. 15 (quinze) Veículos, com ar-condicionado, mínimo de 15 (quinze) lugares para passageiros, com ano de fabricação a partir de 2023, cinto de segurança em todos os assentos, motorista para lotação, rastreador, seguro de passageiros, pedágio e combustível.

4.6.1.2. 02 (dois) Veículos, com ar-condicionado, mínimo de 25 (vinte e cinco) lugares para passageiros, com ano de fabricação a partir de 2013, cinto de segurança em todos os assentos, motorista para lotação, rastreador, seguro de passageiros, pedágio e combustível.

4.6.1.3. 03 (três) Veículos, com ar-condicionado, mínimo de 7 (sete) lugares para passageiros, com ano de fabricação a partir de 2023, cinto de segurança em todos os assentos, motorista para lotação, rastreador, seguro de passageiros, pedágio e combustível.

4.6.2. PARA ATENDER AO PROGRAMA DE SAÚDE AUDITIVA:

4.6.2.1. 01 (um) Veículo para transporte de passageiros, em boas condições de conservação, com ar-condicionado, mínimo de 22 (vinte e dois) lugares para passageiros, com ano de fabricação a partir de 2013, cadeira reclinável, cinto de segurança em todos os assentos, motorista para lotação, e acessibilidade para deficiente físico, caso seja necessário, pedágio e combustível.

Essa disparidade evidencia que o critério utilizado é arbitrário e funciona como barreira de entrada injustificada, ferindo o Princípio da Seleção da Proposta mais Vantajosa (Art. 11, I, da Lei 14.133/2021).

Ademais, as alegações de segurança e sustentabilidade apresentadas pela Administração junto ao ETP falham ao tentar substituir o dever de manutenção preventiva pelo critério meramente cronológico. A segurança de um veículo é garantida por revisões rigorosas e vistorias, e não exclusivamente pela sua data de fabricação. Ao insistir no ano 2023, a Administração desconsidera que veículos seminovos de 2020/2021 oferecem tecnologias de segurança idênticas e atendem às mesmas normas ambientais, mas com um custo de locação significativamente inferior.

Essa restrição impõe ao erário um gasto desproporcional e injustificado, violando a economicidade, uma vez que afasta licitantes com frotas em excelente estado de conservação por uma margem temporal irrelevante para a qualidade do serviço.

Assim, exigir veículos com ano de fabricação 2023 para um certame em 2026 é desproporcional. A Administração deve exigir "segurança e conservação". Fixar um ano tão recente eleva o preço estimado e restringe a concorrência, afrontando o Art. 5º e o Art. 11, I, da Lei 14.133/2021, portanto, as exigências devem ser revistas pela administração a fim de adequar as condições do certame aos princípios basilares da Administração Pública.

III – DA ILEGALIDADE DA EXIGÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO E VÍNCULO DE MOTORISTAS ANTES DA HOMOLOGAÇÃO (ITENS 5.1 A 5.6)

A exigência de apresentação de CNHs, certificados SENAT, prontuários do DETRAN e comprovantes de vínculo empregatício dos motoristas em apenas 07 dias após a sessão e **ANTES da homologação** é abusiva e incompatível com o Sistema de Registro de Preços.

O item 5.6 do Termo de Referência impõe que a licitante classificada apresente toda a documentação dos condutores, incluindo prova de vínculo empregatício, antes da homologação do certame.

5. DOS CONDUTORES

5.1. Cópia de habilitação dos motoristas exigida para transporte de passageiros, que irão prestar serviços, categoria "D" ou superior;

5.2. Cópia de Carteira expedida pelo SENAT (Secretaria Nacional de Aprendizagem do Transporte), atualizada, estando apto como condutor de veículo para transporte de passageiros;

5.3. Apresentação de Certidão de Prontuário junto ao DETRAN;

8



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



SECRETARIA DE
SAÚDE

5.4. Apresentação da certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos, junto ao órgão responsável pela respectiva concessão ou autorização;

5.5. Documentos dos motoristas contratados, que comprove o vínculo empregatício com a empresa para exercerem tal serviço.

5.6. A licitante classificada terá um prazo de até 07 (sete) dias após a finalização da sessão pública do pregão e antes da Homologação do Certame, para apresentar à Secretaria Municipal de Saúde, as cópias dos documentos indicados nos itens 5.1, 5.2, 5.3, 5.4 e 5.5, sob pena de desclassificação pelo não cumprimento do prazo.

Ocorre que, em um Sistema de Registro de Preços, a empresa vencedora detém apenas uma expectativa de contratação.

Exigir que o licitante mantenha motoristas contratados (com o respectivo ônus trabalhista) ou realize contratações em massa no exíguo prazo de 07 dias, para um serviço que pode não ser solicitado de imediato, viola os princípios da razoabilidade e da ampla competitividade.

O Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado de que a comprovação de vínculo empregatício ou contratual deve ser exigida apenas no momento da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço (ACÓRDÃO 529/2018 - PLENÁRIO).

Exigir tais documentos como condição prévia à homologação, sob pena de desclassificação, impõe um custo operacional antecipado e injustificado ao licitante, o que afasta potenciais competidores e restringe o certame a empresas que já operam contratos similares, configurando barreira indevida à entrada de novos prestadores.

Portanto, as exigências devem ser revistas pela administração a fim de adequar as condições do certame aos princípios basilares da Administração Pública.

V – DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto requer:

- a) O recebimento e processamento da presente impugnação, ante sua manifesta tempestividade;
- b) No mérito, que seja julgada **PROCEDENTE** e a consequente reforma do Edital com alteração dos pontos apresentados na presente impugnação;
- c) Subsidiariamente, caso seja julgada improcedente, todos os pontos apresentados devem ser citados junto à decisão administrativa de maneira motivada, com indicação dos fatos e fundamentos sob pena de nulidade da decisão administrativa;
- d) Caso entenda necessário, a fim de examinar os fatos apresentados, a suspensão da sessão pública e a consequente reabertura do prazo licitatório após as retificações.

Nestes termos,
Aguarda-se deferimento.

Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2026.

SIBELLY TRANSPORTES LTDA
Representante